

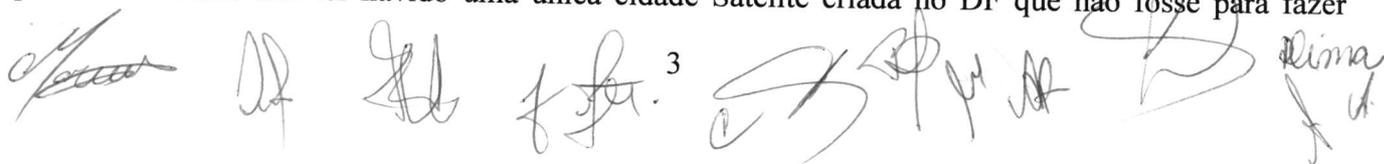
1
2 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
3 CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
4 ATA DA 148ª REUNIÃO ORDINÁRIA

5 Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às nove horas, no Auditório
6 da Adasa - SAIN Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N, Ala Norte, ocorreu a 148ª reunião ordinária
7 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal-Conam/DF. Fizeram-se presentes ÉDSON
8 GONÇALVES DUARTE (IBRAM), presidindo a reunião, e os demais Conselheiros (as): MARÍLIA
9 MARRECO CERQUEIRA (SEMA); RICARDO NOVAES RODRIGUES DA SILVA (SINESP);
10 ANDRÉ LUIZ SILVA ROCHA (SES); JULIANA LOPES RODRIGUES DE SOUSA VIANA
11 (SEAGRI); SILVIA BORGES DE LAZARI (SEDUH); MAURÍCIO SHOJI HATAKA (SEFP);
12 MÁRCIO FARIA JÚNIOR (SDE); ALLEX DE MELO MORAIS (SDE); PEDRO MAURICIO
13 CABRAL TEIXEIRA (SEMOB); ROSATILDE S. CARVALHO DE LIMA (CACI); SEBASTIÃO
14 STÊNIO PINHO (SEDES); ALISSON SANTOS NEVES (IBRAM); FERNANDO CÉSAR
15 MAGALHÃES DE MEDEIROS (IBRAM); ALBATÊNIO RESENDE GRANJA JÚNIOR
16 (TERRACAP); GEÓRGENIS TRIGUEIRO FERNANDES (CAESB); FABIANO LUIS DE
17 MEDEIROS (CBM/DF); VANDETE INÊS MALDANER (ADASA); GEORGEANO TRIGUEIRO
18 FERNANDES (DF LEGAL); ADILSON AZEVEDO BARRETO (FACHO/DF); LUIZ ERNESTO
19 BORGES DE MOURÃO SÁ (FORUM ONGs); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
20 (FORUM ONGs); ANTÔNIO CARLOS NAVARRO (FIBRA/DF); ANA PAULA DIAS MACHADO
21 DE CASTRO PESSOA (FIBRA/DF); MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA (CREA/DF);
22 LUCIANO DANTAS DE ALENCAR (SINDUSCON); DALMA MARIA CAIXETA (ABES/DF);
23 ANTÔNIO MENEZES JUNIOR (CAU/DF); PEDRO HENRIQUE SAAD MESSIAS DE SOUZA
24 (OAB/DF); RAQUEL MILANO (OCA DO SOL); TATYANE SOUZA NUNES RODRIGUES
25 (UCB). As demais instituições não justificaram ausência. Participaram como ouvintes: Adriana
26 Mandarino/Sema, Lúcio Lopes Rodrigues; Olívia Carolina Ribeiro; Maria Luiza Fonseca do Valle;
27 Sílvio Gois de Alcântara/Adasa e Saulo Gregory Luzzi/Adasa. **PAUTA e DELIBERAÇÕES: I -**
28 **Ordem do dia:** O Presidente da reunião agradeceu a presença dos Conselheiros solicitou a conferência
29 do quórum necessário para abertura da reunião. Confirmado o quórum necessário o Presidente
30 declarou aberta a sessão e seguiu com o **item 1a da pauta** – Apreciação e deliberação da Ata da 72ª
31 RE e 73ª RE. Informou que as atas foram enviadas no prazo regimental, pela secretaria executiva, e
32 esta não recebeu nenhum pedido de ajustes e considerações e as submeteu à aprovação. As atas foram
33 aprovadas, por unanimidade, e disponibilizadas para assinatura dos Conselheiros. Prosseguiu com o
34 **item 1b da pauta** - Análise do Relatório do pedido de vista do Processo 00393-00001835/2018-75,
35 Procuradoria Geral do Município de Águas Lindas do Goiás, que solicita autorização para depositar
36 resíduo sólido no Aterro de Samambaia, solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento
37 Econômico/SDE na 72ª RE. O Presidente passou a palavra a **Conselheira Marília/Sema** para expor o
38 tema. A Conselheira destacou que o pedido da Prefeitura de Águas Lindas de Goiás no sentido de
39 depositar resíduos sólido no aterro de Samambaia já foi apreciado na 72ª reunião extraordinária deste
40 ano. Ressaltou que houve parecer contrário tanto por parte da Sema, quanto por parte do SLU.
41 Lembrou que durante a reunião o Conselheiro Ruy Coutinho, Secretário de Desenvolvimento
42 Econômico/DF, pediu vistas ao processo e que no decorrer desse intervalo do pedido de vistas a
43 Prefeitura retirou o pedido inicial. A seguir informou o resultado do Relatório SEI-GDF n.º 1/2019 -
44 SDE/GAB/SURESP/COASP, objeto do pedido de vistas, com a proposta de conclusão e
45 arquivamento, até que haja fato novo que enseje sua avaliação por esse colegiado, considerando que o
46 requerente já se manifestou pela retirada do pedido inicial. A seguir o Presidente abriu espaço para
47 discussão sobre o tema. O **Conselheiro Luiz Mourão/Fórum ONGs** salientou a importância da
48 atuação do Conam na questão dos resíduos sólidos. Citou a necessidade de um encaminhamento para
49 solução da RIDE, grande área metropolitana, através de consórcios e, que a SEMA possa estar
50 trabalhando com a questão dos resíduos sólidos do entorno no DF, que gera enormes problemas, a
51 exemplo do uso de aterros não regulamentados em fronteiras federais, ao lado de unidades de
52 conservação. Disse ser necessário descobrir áreas de aterro que possam atender aos grupos de
53 municípios. A seguir a **Conselheira Marília/Sema** lembrou que na última reunião do Conselho, em

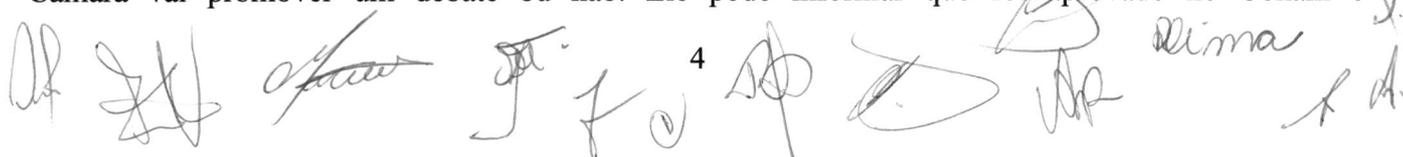
[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Lima' and '1']

54 virtude do pedido da empresa Stericycle, de anuência para recebimento e tratamento de resíduos de
55 serviços de saúde e industriais de outros Estados na unidade de Ceilândia/DF, foi dado o
56 encaminhamento de criação de um GT específico para tratar da questão de resíduos sólidos e perigosos
57 no DF. O GT foi criado e é coordenado pela Sema. A primeira reunião será convocada na próxima
58 semana. Enfatizou que a questão de resíduos tem que ser vista de forma mais abrangente, por ter uma
59 série de órgãos que tratam e atuam no assunto. O propósito é que o grupo possa dar encaminhamentos
60 que tornem mais efetiva a questão da gestão de resíduos no DF. O **Conselheiro Antônio Carlos**
61 **Navarro/Fibra-DF**, destacou que a Fibra faz parte desse GT de resíduos e espera que a questão possa
62 ser tratada de uma forma bem mais evoluída do que tem sido. Ressaltou que a questão do aterro não é
63 uma solução definitiva. Informou que a Fibra já vem trabalhando esse tema juntamente com o SLU.
64 Citou o exemplo da usina de Sobradinho, com estudos adiantados para processamento do lixo e
65 produção de combustível derivado de resíduos – CDR. Disse existir outras propostas, a exemplo da
66 implantação de usinas de processamento de lixo para produção de energia e de madeira biosintética.
67 Enfatizou que o lixo tem um fator econômico muito grande e as pessoas não estão atentando para esse
68 potencial. Disse acreditar que no momento em que forem implantadas essas tecnologias do resíduo no
69 DF pode-se, de certa forma, transferir essas tecnologias para a RIDE e, obviamente, eles instalarem,
70 porque é mais simples, objetivo e economicamente viável. Assim consegue-se um resultado ambiental
71 consideravelmente maior e pode ser uma solução para o problema do resíduo na RIDE. Finalizadas as
72 considerações o Presidente prosseguiu com o **item 1c da pauta** – Apresentação das Moções 02 e 03 do
73 CBH Paranaíba, datadas de 14 de março de 2019. O Presidente convidou o representante da Adasa
74 para apresentar o tema. A apresentação foi proferida pela **Senhora Alba Evangelista Ramos**,
75 Secretária Geral do Comitê de Bacia dos Afluentes do rio Paranaíba no DF. Ela informou que na 19ª
76 reunião ordinária do Comitê seus representantes propuseram a elaboração da Moção 02, com
77 direcionamento para diversos órgãos, visando a criação de uma unidade de conservação no Km 16 da
78 DF 80, às margens do Lago Descoberto, com intuito de preservar a interface com o próprio Lago na
79 questão de segurança hídrica. Na mesma ocasião estava ocorrendo a desativação de uma escola
80 “Escola da Natureza” e foi proposto que esse parque abrigasse também a escola. E esta poderia ser
81 integrada aos ócios de proteção, conservação e manejo da unidade. Essa proposta foi aprovada e
82 direcionada a SEE/DF, SEMA, CONAM, TERRACAP, IBRAM, ICMBIO e MPDFT. A Moção nº 03
83 refere-se a Granja do Ipê, unidade de conservação situada dentro da cidade e vem sofrendo pressões de
84 parcelamento. Dentro dessa ARIE temos água de boa qualidade que colabora para melhorar a
85 qualidade da água do Lago Paranoá. A **Conselheira Regina Fittipaldi/Fórum ONGs** lembrou que a
86 ARIE Granja Ipê apresenta desafios, não apenas no âmbito da unidade de conservação, mas também na
87 zona de amortecimento. Há notícia de que está havendo pressões e parcelamento irregulares em zonas
88 de amortecimento. Essa zona de amortecimento pela topografia e por todos os estudos que foram
89 feitos, mostram que é uma região de extrema relevância para a recarga dos aquíferos no âmbito do DF.
90 A seguir o Presidente parabenizou a Conselheira Regina Fittipaldi pelo trabalho realizado na Arie.
91 Lembrou que a mobilização social em torno da Arie Granja do Ipê é fundamental, tão é que este
92 trabalho tem nos levado a realizar um trabalho de mobilização em torno de todas as unidades de
93 conservação. É preciso que as comunidades entendam, como vocês entendem, de que aquela unidade
94 pertence ao coletivo. O órgão de governo tem a sua responsabilidade de adotar as suas providências e
95 medidas de proteção. Informou que o Secretário Sarney Filho já determinou que o conselho gestor seja
96 reativado e todas as ações que programadas aconteçam com a participação efetiva a partir do conselho
97 gestor. A seguir o **Conselheiro Antônio C. Navarro/Fibra-DF** ressaltou, com relação às invasões,
98 que esse é o grande problema no DF e que os prejuízos são irreversíveis com relação ao meio
99 ambiente. Citou que os dados da Codeplan registram um crescimento de 60.000 pessoas por ano no DF
100 e a pressão social que isso causa é brutal e se não começar a adotar políticas, principalmente o
101 desenvolvimento da RIDE, e diminuir essa pressão sobre o DF vamos continuar tendo problemas. A
102 grilagem no DF tem que ser banida, com invasões até em áreas de proteção ambiental. Isso representa
103 alto custo para o Estado que reverte para a sociedade. Lembrou que quem investe no DF paga o ônus
104 por isso. A seguir o **Conselheiro Antônio M. Júnior/CAU** questionou ao Ibram quais são as ações e
105 estratégias, qual o padrão de comportamento institucional entre a área ambiental e a antiga AGEFIS no
106 que diz respeito ao controle das ocupações. O Sr. **Edson/Presidente do Ibram** expôs que o Ibram

107 integra o comitê de gestão territorial, no qual todos os órgãos estratégicos de governo fazem parte,
108 mapeando as áreas de invasões e montando estratégias de desocupação. Do ponto de vista ambiental
109 mapearam áreas sensíveis que precisam estar numa ordem de prioridades de atuação, que são as
110 unidades de conservação, as quais foram criadas com essa finalidade, e áreas que estão em unidades,
111 mas que ambientalmente são importantes por vários motivos. Disse que o problema que se tem
112 observado é que a operação para desocupação de determinadas áreas gera um ruído numa velocidade
113 que não acompanha a velocidade das ocupações. Explicou que a retirada tem toda uma movimentação
114 que envolve o trabalho de inteligência, identificando cada morador, quais os riscos da operação do
115 ponto de vista de crianças, de logística envolvendo diversos órgãos, que vão do social às forças de
116 segurança e ambiental. A derrubada é uma situação muito complexa. Tem-se percebido um
117 crescimento em Brasília que equivale a uma cidade mediana por ano. O grande desafio a se fazer é um
118 movimento de sociedade, e passa por uma discussão do planejamento e ordenamento da ocupação do
119 espaço e chamar a mídia, os empresários, a população para essa reflexão nessa discussão, porque
120 estamos de fato num processo de favelização de crescimento desordenado sem planejamento,
121 colocando por terra todo conceito do que foi a criação de Brasília dentro do DF. A **Conselheira**
122 **Regina Fittipaldi/Fórum ONGs** lembrou a existência, hoje, de alguns instrumentos fundamentais,
123 que nós cidadãos, temos que fazer valer e citou, como exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico
124 – ZEE, que é uma referência. Esse trabalho seríssimo desenvolvido sob a coordenação da Maria Silvia
125 Rossi/SEMA. A sociedade precisa se apropriar deste instrumento para sua viabilidade. Citou outra
126 questão que é o Plano de Recursos Hídricos que o CBH está elaborando. Lembrou que essa proposta
127 de moção que o CBH do Paranaíba apresenta traz duas observâncias fundamentais para coibir, a partir
128 do uso da lei efetiva, e para respaldar ações da Agefis e outros órgãos que venham a neutralizar esse
129 tipo de abuso. O Senhor **Gustavo Carneiro/Adasa** ressaltou que a Adasa tem trabalhado na
130 elaboração do Plano de Bacia do Paranaíba DF e esse plano tem sido discutido no âmbito do comitê e
131 com a sociedade. Discussões técnicas como o que de fato temos, de água no DF, e o que o território
132 suporta como usos, pois não adianta ocupar sem a garantia de que o recurso hídrico vai ser suficiente
133 para uso. Esse plano vai trazer subsídios e orientações para todos os outros planos de ação, inclusive o
134 PDOT e planos de desenvolvimento industrial, etc. A **Conselheira Marília/Sema** informou que última
135 reunião do Comitê de Governança do Território, o Secretário Mateus da Seduh apresentou um
136 mapeamento das áreas passíveis de regularização (denominada áreas laranjas) e as que estão em
137 regularização (áreas amarelas). Não serão regularizadas nenhuma área que não esteja inserida nas áreas
138 laranja e amarela. O **Conselheiro Antônio M. Júnior/CAU** ressaltou que sua reivindicação é por uma
139 ação mais concreta do estado para evitar o surgimento dessas invasões, com ação objetiva, mostrando
140 para a sociedade o que está sendo feito, até para que esta possa defender o governo. Lembrou que o
141 direito à moradia está escrito e que o empreendimento Santa Luzia provavelmente tem problemas, mas
142 também tem direitos, mas a forma como vem sendo construída neste governo, com a falta de clareza e
143 transparência dos propósitos causa uma grande preocupação. Criticou a ação do governo com a
144 extinção da Agefis. Manifestou que o CAU foi contra a extinção pois se não estancar, de início, o
145 processo de invasão haverá uma proliferação. Em seguida, o Presidente disse que no Comitê de Gestão
146 tem ficado muito claro que somente as ações do DF LEGAL, com o apoio da polícia, não vai sozinho
147 resolver essa questão, porque não basta ações de desocupação pontuais, como as ações que tem
148 ocorrido diariamente, as quais mostram que por si só não resolvem. Citou o trabalho investigativo feito
149 pela polícia, que já resultou na prisão de muitos grileiros, que são aqueles que estão ganhando com
150 esse movimento. Essas ocupações começam geralmente na sexta-feira e na segunda-feira já está
151 praticamente um bairro montado. Então não é um movimento espontâneo é muito bem articulado. A
152 seguir o Conselheiro Georgeano Trigueiro/DF Legal, Secretário de Estado de Proteção da Ordem
153 Urbanística do DF, citou as três frentes de trabalho do DF LEGAL: combate grilagem; intervenção do
154 setor econômico na questão de política de convivência urbana; e a questão de resíduos. Dentro dessas
155 frentes tem vários aspectos que vão se subdividido. Destacou que a grilagem no Distrito Federal é uma
156 situação crítica até porque é uma questão histórica dentro do DF. Citou por exemplo que as primeiras
157 regiões administrativas criadas dentro do Distrito Federal, Gama e Taguatinga e várias outras com
158 exceção de Planaltina e Brazlândia, foram criadas exatamente para fazer a movimentação de invasão
159 que existia. Disse não ter havido uma única cidade Satélite criada no DF que não fosse para fazer

 3

160 movimentação ou realocação de invasão. Ressaltou que o Distrito Federal tem uma taxa de
161 crescimento de quase 3% ao ano, que cidade nenhuma do Brasil tem, que é algo absurdo. Disse não se
162 tratar de movimentação migratória, pois segundo dados da Codeplan, hoje temos movimento de saída
163 de pessoas. Citou o entorno como ponto de pressão e a necessidade de se discutir, de forma bastante
164 clara, como será a integração do DF. Citou um levantamento de 2016 da Codhab demonstra a
165 existência de um déficit habitacional de 380.000 moradias. Informou que o setor imobiliário tem
166 estoque de imóvel para venda até outubro/2019, novos empreendimentos quase não existem mais, e a
167 preocupação é para onde vai desaguar essa demanda. A seguir explicou a extinção da Agefis. Disse
168 que ela foi criada dar um freio no processo de invasões, mas que não podia mais funcionar da forma
169 como estava simplesmente fiscalizando. No Distrito Federal o grau de ilegalidade é muito grande
170 porque se criou um espectro dentro do DF que podemos crescer, mas crescer a qual custo. Citou por
171 exemplo áreas como a Vicente Pires que está passando por um processo de regularização onde a
172 própria população vive os efeitos do que é um crescimento desordenado que tentam de alguma forma
173 conseguir resolver esse crescimento. As pressões são muito grandes e esse viés está dentro da
174 população do Distrito Federal. Quanto ao caso de Santa Luzia é um caso emblemático, porque a
175 invasão de Santa Luzia já foi removida totalmente pelo menos três vezes e hoje estão lá em torno de
176 8700 famílias e existia a Agefis em diversas áreas. Em questão de retomada de área os nossos do DF
177 LEGAL estão superiores aos números da antiga Agefis, que beira a marca das quatro mil demolições
178 esse ano, um número absurdo. Retomada de área, retirada de cerca, demolições diariamente com pelo
179 menos duas ações de demolição dentro do Distrito Federal de área para retomar A grande questão é de
180 onde que vem toda essa pressão. De onde é que vem toda essa necessidade de ocupar terra pública
181 sabendo que não tem o potencial de regularização. As pessoas acreditam que a regularização quando
182 vier vai passar a mão na cabeça das pessoas, mas isso não vai ocorrer, pois tem setores habitacionais
183 que quando forem concluir a regularização vão remover mais de mil famílias. O DF tem as áreas de
184 proteção, as áreas de conservação e temos a necessidade de um manejo muito adequado, são áreas
185 muito restritas muito fragilizadas o que aumenta a dificuldade. O planejamento original que era 500
186 mil habitantes hoje passa a marca dos 3 milhões. Temos que reinventar a cidade e alimentar os novos
187 parâmetros para trabalhar e gerar convivência para poder desenvolver. Voltar ao nível de planejamento
188 não tem como pois não tem como tirar dois milhões e meio de pessoas daqui. O quer será feito agora e
189 como vai se fazer passa necessariamente por este Conselho. Lembrou que Brasília é uma cidade muito
190 jovem para ter os problemas que ela teve. E o que mais causa preocupação é qual o caminho a tomar
191 daqui para frente, pois à questão de moradia necessariamente passa pela criação de oferta. Alguns
192 paradigmas com relação a verticalização já foram quebrados e que os próprios projetos da Codhab hoje
193 de atendimento as classes 1 e 2 é de verticalização para poder adensar o máximo. Os próprios projetos
194 que estão sendo priorizados são aqueles projetos que geram a menor área possível de ocupação para
195 tentar minimizar os impactos sobre a ocupação do solo. Finalizou dizendo que é a grande dificuldade
196 que ele vê são dois aspectos: primeiro na questão cultural, que se pode invadir porque depois se
197 regulariza e essa é uma realidade, porque nunca foi criada uma política de atendimento de demanda. O
198 que se tem feito foi realocações. A segunda questão é a da criação da oferta para atender uma
199 demanda. A seguir o Presidente expressou ser muito rico e necessário o debate e fez o
200 encaminhamento do Conam e o Conplan juntos promoverem uma serie de discussões, talvez um
201 seminário, com foco nesse assunto. Disse ser um momento muito oportuno para se fazer uma reflexão.
202 Finalizada a discussão o Presidente submeteu ao plenário para deliberação as Moções nº 02 e 03 foram
203 acolhidas por unanimidade. A Senhora Alba Ramos/Adasa propôs, quanto ao encaminhamento da
204 moção, que o Conam faça essa cobrança junto aos demais órgãos citados nas Moções. O Presidente
205 disse que uma vez a moção aprovada a Secretaria executiva vai encaminhar para todos os órgãos
206 citados que a moção faz referência o comunicado de que a moção foi aprovada no Conselho. Se no
207 encaminhamento do Conselho da Moção aprovada, caso não tenha nenhum desdobramento e o
208 Conselheiro queira retomar o tema de volta à pauta este Conselho delibera e outras medidas podem ser
209 adotadas. A Conselheira Marília/Sema esclareceu que o Conam tem regimento e tem suas próprias
210 competências. Ele está recebendo uma moção que é aprovada pela plenária e ele vai encaminhar aquilo
211 que é de competência do próprio Conam, por exemplo, o Conam não pode se responsabilizar se a
212 Câmara vai promover um debate ou não. Ele pode informar que foi aprovado no Conam e

 4

213 internamente dentro dos seus órgãos vinculados pode providenciar estudos etc., inclusive dar um
214 retorno posteriormente tanto para o comitê quanto para o próprio conselho das providências que foram
215 encaminhadas. Não podemos nos responsabilizar pelo encaminhamento dos demais fóruns. Prosseguiu
216 com o **item 1d da pauta** – Apresentação e deliberação do Relatório do GT de análise do Processo de
217 Licenciamento Ambiental do Condomínio Verde - Processo 00391-00012643/2017-60. O Presidente
218 convidou o Coordenador do GT, Senhor Saulo Gregory Luzzi que proferiu a apresentação do relato a
219 saber: Informou a composição do GT criado pela Decisão nº 03/2019 a saber: ADASA – Saulo
220 Gregory Luzzi (Coordenação); CAESB – Marcelo R. Wolter Guimarães; Fórum de ONGs – Regina
221 Stella Q. Fittipaldi e FACHO/DF – Adilson Azevedo Barreto. Citou o objeto de análise do
222 Condomínio Verde: Processo de Licenciamento Ambiental (191.000.643/98 (nº SEI 00391-
223 00012643/2017-60)); Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 002/2007 da regularização
224 fundiária no DF; e Apresentação das empresas de consultoria, que foram convidadas a apresentar ao
225 GT todos os estudos que constavam dentro do processo de licenciamento. Informou a Localização e
226 Zoneamento do empreendimento: está localizado na RA – Jardim Botânico; PDOT – Zona Urbana de
227 Uso Controlado II. Citou o Parecer Técnico nº 26/2019 IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-I com a
228 descrição do empreendimento. Citou que houve divergência entre os dados citados pelo Ibram e os da
229 empresa de consultoria. Ibram informa que são 104,3 hectares; 527 lotes Residencial familiar; 01 lote
230 uso comercial; 05 lotes EPU; 09 lotes EPCs. E os dados apresentados pela empresa são: 534 lotes
231 Residencial familiar; 01 lote uso comercial; 13 lotes EPU e 06 lotes EPCs. Na ocasião foi questionado
232 a empresa de consultoria o porquê dessa divergência e a resposta entregue ao GT foi que essa
233 divergência ocorreu porque após a elaboração do parecer técnico do Ibram houve alteração nas
234 diretrizes urbanísticas que causou essa divergência, como lotes acima de 1.000m², que tiveram de ser
235 remodeladas, bem como por conta do projeto de drenagem. A seguir comentou sobre o histórico do
236 processo: o processo foi aberto em 1998, perfazendo 21 anos de análise. 27/08/1998 foi requerida a
237 Licença Prévia; Em outubro de 1999 foi aprovado o EIA/RIMA; Em 18/09/2006 foi feito o
238 requerimento para Licença de Instalação. Em 21/09/2006 foi emitida a Licença de Instalação Corretiva
239 nº 095/2006 com validade de 365 dias. Posteriormente foi aprovado o Parecer técnico nº 002/2010 -
240 GRUPAR favorável a concessão de Licença de Instalação Corretiva, mas a licença não foi emitida.
241 20/03/2019 Parecer Técnico nº 26/2019 do Ibram favorável a concessão de LI. Das análises realizadas:
242 Drenagem Pluvial: A NOVACAP aprovou o projeto de drenagem pluvial apresentado pelo
243 condomínio; os lançamentos foram outorgados pela ADASA por meio do Despacho nº 596/2018 para
244 lançamento de 36 pontos de lançamento. Abastecimento de água: O sistema de abastecimento de água
245 já está implantado e em funcionamento e é operado pela CAESB; Coleta de esgotos: De acordo com a
246 Carta nº 26.404/2017 - EPR/DE/CAESB, de 18 de julho de 2017, em relação ao esgotamento sanitário,
247 o parcelamento não é atendido; e também não existe projeto concluído ou em elaboração, no âmbito da
248 CAESB, para o atendimento do setor. O parcelamento opera por sistema de fossas sépticas e
249 sumidouros. Os sistemas de esgotamento sanitário devem seguir as normas ABNT NBR 7729 e NBR
250 13969. Resíduos Sólidos: foi informado para o GT que o condomínio possui contrato de prestação de
251 serviços com a Associação de Catadores Recicla Mais Brasil, que realizada a coleta seletiva dentro do
252 condomínio, transporte, triagem, processamento, armazenamento e destinação final adequada dos
253 resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis, orgânicos e rejeitos a serem efetuados pela associação de
254 catadores Recicla Mais Brasil com a Cooperava do Projeto Condomínio Verde. Existe manifestação
255 favorável de coleta do SLU, que foi apresentada no âmbito do processo de licenciamento junto ao
256 IBRAM. A seguir apresentou as condicionantes para a concessão da licença: 1) Que antes da concessão
257 da Licença Ambiental seja apresentada ao IBRAM o Plano de Uso e Ocupação atualizado e aprovado
258 pela SEDUH; 2. Que a licença ambiental deve constar como Licença de Instalação Corretiva; 3. Que
259 conste como condicionante que o condomínio deva orientar, fiscalizar e monitorar o projeto, execução
260 e operação das fossas adotadas como sistemas de esgotamento sanitário; 4. Que conste como
261 condicionante que os lotes CJ. Rua do Lago - Lt. 2 e CJ. Rua Pau Brasil - Lt. 3 foram identificados
262 como ocupações consolidadas e, portanto, passíveis de regularização nos termos do Art. 65 da Lei
263 federal 12.651 de 2012; 5. Que a condicionante número 06 do Parecer Técnico nº 26/2019 -
264 IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-I conste da seguinte forma: - Executar o projeto de paisagismo do
265 parcelamento com espécies nativas; 6. Que conste como condicionante que o condomínio deve

5

266 apresentar Plano de Manutenção dos sistemas de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário; e 7.
267 Que conste como condicionante para obtenção da Licença de Operação que o condomínio deverá
268 apresentar um relatório final comprovando a não ocupação de edificações em áreas com restrições. A
269 seguir apresentou o Voto do GT no sentido de que o CONAM/DF se pronuncie **favoravelmente**
270 **acerca do prosseguimento dos trâmites administrativos, pelo IBRAM**, quanto à instrução
271 administrativa do procedimento de licenciamento ambiental, e com vistas à regularização do
272 Condomínio Verde observando a inclusão das condicionantes supras citadas. Finalizada a apresentação
273 do GT o Presidente abriu espaço para debate e considerações do pleno. O GT foi parabenizado pelo
274 brilhante trabalho realizado. Houve discussões e divergências com relação a condicionante nº 7, mas
275 após argumentações e esclarecimento por parte do GT, da Síndica do Condomínio, do Ibram o pleno
276 aprovou, por unanimidade, o Relato do GT, com alteração na redação do item 7, a saber: "*item 7 - Que*
277 *conste como condicionante para obtenção da Licença de Operação que o condomínio deverá*
278 *apresentar um relatório final com a situação das edificações inseridas nos lotes com restrição ficando*
279 *facultado ao empreendedor sua glosa no pedido da licença de operação caso estes não estejam*
280 *adequados*". A seguir o Conselheiro Antônio/CAU questionou se essas condicionantes são
281 posteriormente fiscalizadas pelo Ibram para verificar o seu cumprimento. O Superintendente de
282 Licenciamento Ambiental, Alisson/Ibram, ressaltou que, de forma soberana, o que for deliberado pelo
283 Conan vai ser recepcionado cem por cento nos encaminhamentos que o Ibram não vai fazer
284 posteriormente. E sobre a questão das condicionantes ele informou que o Ibram passou por uma
285 mudança de estrutura no mês de maio, onde reforçou essa estrutura direcionado para a fiscalização
286 todo esse acompanhamento, tanto do ponto de vista quantitativo e qualitativo, cujo volume é imenso,
287 possibilitando de fato que tenhamos o acompanhamento das condicionantes. Além disso foi lançado
288 um novo sistema tecnológico, que permitirá agilidade no acompanhamento de licenças ambientais
289 emitidas pelo órgão. Este sistema já se encontra implantado, chama-se Urutal, de acesso ao público
290 interno e externo. Nesse programa vai está relacionada todas as condicionantes de todos os atos que o
291 Ibram emitir. O prazo será monitorado pelo sistema, que emitirá alerta toda vez que chegar no limite
292 para cumprimento da condicionante tanto para o Ibram quanto para o empreendedor. Ressaltou,
293 também, que o empreendedor somente será contemplado com a licença seguinte, L.O, se ele tiver
294 cumprido todas as condicionantes da licença anterior, L.I. A seguir a Conselheira Vandete/Adasa fez
295 um elogio à equipe do Ibram, parabenizando pelo trabalho, por esse grande avanço na questão das
296 políticas de meio ambiente no DF, que é o acompanhamento das condicionantes, que sempre foi um
297 grande desafio. O Presidente registrou que o sistema foi realizado pelos próprios servidores do Ibram.
298 Vencida a pauta e não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições
299 e encerrou a reunião.

ÉDSON GONÇALVES DUARTE

Presidente do IBRAM

Presidente da Sessão

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
(SEMA/DF)

André Luiz Silva Rocha
ANDRÉ LUIZ SILVA ROCHA
(SES/DF)

SILVIA BORGES DELAZARI
(SEDUH/DF)

RICARDO N. RODRIGUES DA SILVA
(SINESP/DF)

JULIANA LOPES R. DE SOUZA VIANA
(SEAGRI/DF)

MAURÍCIO SHOJI HATAKA
(SEFP/DF)

Marcio Faria Jr.
MARCIO FARIA JUNIOR
(SDE/DF)

Pedro Mauricio
PEDRO MAURICIO CABRAL TEIXEIRA
(SEMOB/DF)

SEBASTIÃO STÊNIO PINHO
(SEDES/DF)

FERNANDO CÉSAR M. DE MEDEIROS
(IBRAM/DF)

Fabiano Luis de Medeiros
TEN. CEL. QOBM FABIANO LUIS DE
MEDEIROS
(CBM/DF)

GEORGEANO TRIGUEIRO FERNANDES
(DF LEGAL)

ADILSON AZEVEDO BARRETO
(FACHO/DF)

Regina Stella Q. Fittipaldi
REGINA STELLA Q. FITTIPALDI
(FORUM ONGs)

ANA PAULA D. M. DE CASTRO PESSOA
(FIBRA/DF)

Dalma Maria Caixeta
DALMA MARIA CAIXETA
(ABES/DF)

Antonio Menezes Junior
ANTÔNIO MENEZES JUNIOR
(CAU/DF)

Raquel Milano
RAQUEL MILANO
(CAU/DF)

ALEX DE MELO MORAES
(SDE/DF)

Rosatilde S. Carvalho de Lima
ROSATILDE S. CARVALHO DE LIMA
(CACI/DF)

Alisson Santos Neves
ALISSON SANTOS NEVES
(IBRAM/DF)

Georgenis S. Fernandes
GEÓRGENIS TRIGUEIRO FERNANDES
(CAESB/DF)

Albertênio R. Granja Junior
ALBERTÊNIO R. GRANJA JUNIOR
(TERRACAP/DF)

Vanete Inês Mandaner
VANDETE INÊS MANDANER
(ADASA/DF)

Luz Ernesto Borges de Mourão Sá
LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO
SÁ
(FORUM ONGs)

Antonio Carlos Navarro
ANTÔNIO CARLOS NAVARRO
(FIBRA/DF)

LUCIANO DANTAS DE ALENCAR
(SINDUSCON/DF)

Marcus Vinicius Batista de Souza
MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA
(CREA/DF)

Pedro Henrique Saad Messias de Souza
PEDRO H. SAAD MESSIAS DE SOUZA
(OAB/DF)

TATYANE SOUZA NUNES RODRIGUES
(UCB)

